

EDITORIAL

Vol. 6, Núm. 15, set./dez., 2019.

Com a chegada desta edição de número 15, a Revista Culturas Jurídicas (RCJ), periódico editado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF), encerra o ano de 2019, seu sexto ano de existência e publicações. Neste novo número trazemos na linha editorial a temática *Pesquisa Jurídica e Ensino em Direito Constitucional e Direitos Humanos*, cujo desenvolvimento foi possível através do recebimento de contribuições provenientes de autores(as) e pesquisadores(as) brasileiros(as) e estrangeiros(as), sempre com foco na manutenção e elevação do nível de excelência já atingido por esta publicação, e que confere ao periódico a categoria de Qualis A2, atribuída pela CAPES.

Como de costume, buscamos desta vez trazer os temas da Pesquisa Jurídica e do Ensino do Direito para o ambiente da América Latina e do Direito Constitucional, sendo estas as marcas que identificam a RCJ na comunidade acadêmica brasileira. Neste sentido, aqui trazemos treze artigos da lavra de professores(as) que lecionam Direito Constitucional em seus países e instituições, artigos de pesquisadores(as) que questionam o próprio ensino jurídico em si mesmo, bem como a pesquisa jurídica, fazendo-nos refletir sobre as escolhas que fazemos diuturnamente.

Nosso primeiro artigo é da lavra do Professor Doutor **Guillermo Luévano Bustamante**, Doutor em Ciências Sociais com especialidade em Antropologia Social pelo *Centro de Investigación y Estudios Superiores en Antropología Social* (CIESAS), México; e Professor na *Universidad Autónoma de San Luis Potosí* (UASLP), também no México. Com o título “Formação crítica de Direitos Humanos através da clínica jurídica”, o texto busca criticar o modelo de formação em pesquisa e, em geral, de ensino “tradicional” ou dominante no campo jurídico por ser vertical, autoritário, memorístico e excessivamente verbalizado. Isso, na visão do autor, implica que a função dos alunos seja normalmente passiva, pouco reativa e principalmente receptiva, havendo pouca incidência na execução de operações mentais e na execução de procedimentos jurídicos, tanto legislativos, administrativos, judiciais e de investigação por parte daqueles que frequentam as salas de aula das Faculdades de Direito. O autor segue defendendo que há modelos recentes de formação em pesquisa e ensino do Direito – como o ensino crítico – que estariam comprometidos com formas mais interativas e proativas e que demandam outras modalidades daqueles que ensinam no campo jurídico. Finaliza por discutir

o papel social de uma Clínica de Direitos Humanos. O texto foi traduzido para o Português pelo próprio autor.

Em seguida, apresentamos nosso segundo artigo, um trabalho em conjunto da Professora Doutora **Fayga Silveira Bedê** (Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC; Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário Christus - UNICHRISTUS), de **Marina Nogueira de Almeida** (Mestranda em Direito pelo UNICHRISTUS), **Lincoln Mattos Magalhães** (Mestre em Direito pelo UNICHRISTUS) e **José Wendel Silva de Oliveira** (Graduando em Direito pelo UNICHRISTUS), que abordam o interessantíssimo e oportuno tema dos “Autores, Coautores e Outros Personagens: os Dilemas Éticos da Atribuição de Autoria na Pesquisa Jurídica – ou Como Chegar Inteiro ao Final da Partida”. Com foco na crítica ao paradigma produtivista, que ora assola a pesquisa jurídica brasileira, os autores buscaram problematizar as diretrizes éticas sobre atribuição de autoria estabelecidas pelos principais órgãos nacionais e internacionais de regulação da pesquisa, de forma a colocar a cultura de boas práticas no epicentro dos debates.

O terceiro artigo desta edição foi escrito pelo Professor Doutor **Napoleón Count Gaxiola**, que é Doutor em Direito pela *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM), Professor Titular e Investigador na *Escuela Superior de Turismo del Instituto Politécnico Nacional*, Cidade do México; o texto foi publicado originariamente na RCJ no formato *Ahead of Print*, nas versões em Português e em seu original em Espanhol. Com o título “Rumo a Uma Visão Histórica, Materialista e Dialética do Direito”, o autor busca introduzir as críticas marxistas às noções liberais que formam o arcabouço do Estado e do Direito, esmiuçando as ideias de Evgeni Pachukanis, Norberto Bobbio, Carl Schmitt, Hans Kelsen, Herbert Hart e Ronald Dworkin, explorando o Direito não a partir de teorias, mas de fatores econômicos, políticos e ideológicos, através dos conceitos de valor de uso, valor de troca, capital, mercadoria, valor, força de trabalho e de forma. A tradução para o Português foi realizada por Anne Nirmichter Oliveira (Mestra em Direito pelo PPGDC-UFF), com a revisão pelo Professor Doutor Lucas Machado Fagundes (Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC) e Professor do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC).

O nosso quarto aporte é da autoria da Professora **Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel**, Doutoranda e Mestra em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e bolsista CAPES, intitulado “O Desenho Institucional Pós Constituição de 1988: Impactos no Processo Legislativo da Educação Básica”. Atacando a problemática da preponderância do Poder Executivo na produção legislativa

nacional, a autora analisa os poderes legislativos constitucionalmente concedidos ao Presidente da República, levantando dados estatísticos referentes a cada um destes, em especial com relação à educação básica, de forma a testar se tal preponderância pode ser verificada nesta área específica. Por fim, examina a utilização desses poderes presidenciais na prática legislativa e seus efeitos na organização interna dos trabalhos no Congresso Nacional.

A quinta contribuição para esta edição da RCJ foi redigida pela Professora Doutora **María Candelária Domínguez Guillén** (Doutora em Ciências Jurídicas e Professora na Faculdade de Ciências Jurídicas e Políticas da *Universidad Central de Venezuela*) e traduzida para o português pela advogada **Tatiana dos Santos Ribeiro Strauch**. No ensaio, a autora trata da temática da “constitucionalização” do Direito Civil na Venezuela, distinguindo duas modalidades deste instituto, a saber, a constitucionalização em sentido próprio ou estrito, que implica incorporar institutos de direito civil ao texto constitucional, em contraposição à “constituição em sentido amplo ou interpretativo”, que implica interpretar as normas ou institutos de direito civil em sintonia com a Constituição, considerando seu caráter de norma suprema e, portanto, interpretativa. A primeira depende da vontade do Constituinte; a segunda se mostra mais relevante, em razão de seu caráter necessário no processo de interpretação. Fazendo referência a sentenças da Corte Constitucional do Supremo Tribunal de Justiça Venezuelano que guardam pertinência com a matéria, finaliza com alusão a alguns efeitos e críticas ao instituto.

O sexto artigo aportado a este número é da lavra do Professor Doutor **Javier Couso Salas** (Ph.D, Universidade da Califórnia em Berkeley, EUA; Professor da Faculdade de Direito da *Universidad Diego Portales* - Santiago, Chile e Coordenador em Tendências Globais em Constitucionalismo na Universidade de Utrecht - Holanda), e traz como título “A Construção da ‘Privatopia’: o Papel do Direito Constitucional na Experiência Neoliberal Radical do Chile”. No seu texto, o Professor Couso visa a analisar as relações do direito constitucional chileno com o neoliberalismo implantado no país através de diretrizes do governo do ditador Pinochet, examinando, para tanto, os caminhos e escolhas políticas que levaram o Chile ao regime ditatorial de 1973 a 1990, bem como suas implicações jurídicas e econômicas. Contextualizando o momento de forte polarização e rompimento com as instituições democráticas, analisa a introdução do neoliberalismo na ordem constitucional através do protagonismo dos *Chicago Boys* e sua doutrina, então outorgados pela Junta Militar, o que desmistifica a suposta espontaneidade atribuída ao pensamento neoliberal, bem como demonstra sua íntima relação com o autoritarismo e a tecnocracia. Finalmente, o autor analisa também os impactos mais atuais da Constituição neoliberal chilena depois de superado o regime ditatorial. A tradução

para o Português foi realizada por Robert de Stéfani Vianna (Mestranda em Direito pelo PPGDC/UFF) e revisada por Victoria Lourenço de Carvalho e Gonçalves (Mestranda em Direito pelo PPGDC/UFF) e Enzo Bello (Editor-Chefe da RCJ).

A sétima contribuição é resultado de um trabalho escrito a quatro mãos pelo Professor Doutor **Carlos Frederico Marés de Souza Filho** (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná - UFPR e Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR), e por **Anne Geraldi Pimentel** (Doutoranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-PR), e discorre sobre “A Constituição de Cuba e Questão Agrária”. O artigo tem como objetivo verificar alguns pontos que indicam a continuidade dos ideais socialistas presentes ao Estado cubano desde a Revolução de 1959 em vista da recente Reforma Constitucional em Cuba, de 2019, a partir da qual surgiu a necessidade de se analisar as continuidades e discontinuidades do processo de formação do Estado dentro dos ideais socialistas mencionados. Uma destas continuidades se revela na forma como vem sendo tratada a questão agrária no país, isto porque a reforma agrária foi uma das primeiras medidas do governo pós 1959 e um dos pilares da formação do Estado, o que remete imediatamente à questão constitucional do uso e propriedade da terra, questão esta que foi reescrita na nova Constituição cubana.

Em oitavo lugar, apresentamos um artigo fruto de esforço analítico da Professora Doutora **Wanda Capeller** (*PhD* em Direito pela *Université de Picardie*, Amiens, França, e Professora Emérita da *Sciences Po Toulouse* do *Institut d'études politiques de Toulouse*, França). Em seu artigo intitulado “A Erosão do Estado de Direito: as Ressignificações do Discurso Jurídico”, a Professora afirma terem havido inúmeras inflexões no Estado de Direito no século XXI, inflexões estas que correspondem às mutações políticas, culturais e sociais. De forma a poder melhor observar essas transformações, a autora propõe uma abordagem semântica, orientada para as relações do discurso jurídico com o poder, visando a evitar as cristalizações deste paradigma para observá-lo do ponto de vista crítico e multidimensional. Afirmando que a desconstrução do discurso sobre o Estado e os direitos permite apreender as significações dos enunciados jurídicos na era do capitalismo neoliberal, a autora visa a apreender a complexidade dessas relações, de cuja solidariedade surgem novas racionalidades jurídicas e novas significações normativas.

O nono trabalho que integra a presente edição foi escrito pelo Professor Doutor **Marco Aurelio Lagreca Casamasso** (Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, Professor e atual Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da UFF). O artigo visa a oferecer elementos para a reflexão em torno da

complexa relação entre cidadania e Constituição, privilegiando – em contraste com os enfoques jurídicos tradicionais – as ambiguidades, as tensões e os conflitos que ocorrem entre, de um lado, as demandas pela garantia e ampliação dos direitos de cidadania, e, de outro, a Constituição. Após considerada a sua relevância no cenário do constitucionalismo moderno, optou o autor por delimitar o objeto da investigação à experiência constitucional estadunidense, propondo uma crítica à perspectiva jurídica da cidadania – com destaque para as suas limitações em face das reivindicações e disputas sociais pela ampliação de direitos fundamentais – para em seguida, evidenciar o eventual antagonismo entre Constituição e a cidadania. Por derradeiro, apresenta aspectos da Constituição dos Estados Unidos refratários à cidadania, carreando ao texto uma exemplificação de decisões injustas da Suprema Corte estadunidense, em detrimento dos cidadãos.

O décimo artigo foi elaborado pela Professora Doutora **Carolina Alves Vestena** (Doutora em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e docente na Universidade de Kassel e pesquisadora no *Institut für Entwicklung und Frieden* na Universidade de Duisburg-Essen, ambas na Alemanha), e traz o título “Política pública e regulação: para uma análise histórico-materialista do Programa Bolsa Família no Brasil”. Partindo da ampla discussão que ainda existe sobre tal política pública, a Professora afirma que sua relevância, atualidade e capacidade de adaptação a diferentes modelos partidários e regimes governamentais devem, no entanto, ser sistematicamente discutidos – ao que se propõe. Além de analisar o processo de institucionalização do Programa Bolsa Família (PBF) no Brasil, durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), o artigo oferece *insights* para se entender sua continuidade ao longo dos anos, apesar das mudanças partidárias no governo federal. A partir de uma análise política histórico-materialista, argumenta a autora que o PBF é uma política hegemônica dentro da assistência social brasileira, que reforça um paradigma de bem-estar baseado no acesso aos serviços básicos através do mercado e não como um direito social universal, atribuindo sua característica hegemônica a estratégias de unificação, centralização e acordos entre entidades federais que foram elaboradas dentro do processo de definição da agenda que levou à implementação do programa. Publicado de forma bilíngue em Português e em Inglês, o texto foi traduzido pela própria autora.

Nossos dois próximos aportes tratam da temática latino-americana do *Buen Vivir*. O décimo-primeiro artigo deste número foi escrito a seis mãos pelos Professores Doutores **José Luiz Quadros de Magalhães** (Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e Professor do Programa de Pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-Minas), **Sofia Miranda Rabelo** (Doutora em Direito pela

PUC-Minas) e por **Silvia Gabriel Teixeira** (Doutoranda em Direito pela Universidade de Coimbra, Portugal). O artigo tem como objetivo abordar a ética do *Buen Vivir* como um projeto de resistência e como alternativa à compreensão hegemônica de desenvolvimento que tem sido difundido e executado por grandes organizações internacionais e corporações, e a partir deste novo princípio constitucional andino afirmam os autores a importância de repensar, segundo uma abordagem decolonial, o papel desempenhado pelos Estados e organismos internacionais nos assuntos relacionados ao desenvolvimento local.

A décima-segunda contribuição é obra do trabalho conjunto das Professoras Doutoras **Maria Aparecida Lucca Caovilla** (Doutora em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina - PPGD/UFSC e Docente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó) e **Silvana Winckler** (Doutora em Direito pela Universidade de Barcelona, Espanha, e docente dos Programas de Pós-Graduação em Direito e Ciências Ambientais, ambos da Unochapecó. Com o título “Bem-viver: Caminhos para outro desenvolvimento possível”, as autoras afirmam o novo fôlego que foi dado à interculturalidade, à sabedoria mística e às manifestações jurídicas plurais dos povos do Sul – que de há muito jaziam silenciadas – a partir dos processos constitucionais do Equador (2008) e da Bolívia (2009), buscando analisar no artigo se as propostas constitucionais do Bem Viver podem ser assumidas como uma alternativa de desenvolvimento capaz de oportunizar a construção mais coletiva da vida; contrapondo-se às teorias convencionais sobre desenvolvimento, incursionando de forma crítica pelas abordagens do modelo de desenvolvimento adotado no mundo. Este entendido como crescimento econômico, apenas, que tem submetido países pobres e em desenvolvimento a acatarem-no como global, articulando conceitos já consolidados no campo da economia, das ciências sociais, da ecologia e do direito com o processo histórico que desencadeou a crise nas esferas ambiental, econômica, política, social e cultural.

A décima terceira e última contribuição que compõe esta edição foi elaborada pelo Professor Doutor **Andreas Fischer-Lescano** (Doutor em Direito pela *Johann Wolfgang Goethe-Universität Frankfurt am Main*, Alemanha, Professor da Universidade de Bremen e Diretor Executivo do *Zentrum für Europäische Rechtspolitik* (ZERP), e traduzida para o Português a partir do original em Alemão por **Ramón de Vasconcelos Negócio** (Doutor em Teoria do Direito - *Rechtswissenschaft* pela *Goethe-Universität, Frankfurt am Main*, Alemanha, e Professor do Centro Universitário 7 de Setembro (UNI7, Ceará). Com o título “Moderação da Proporcionalidade: *Whistleblowing* no Direito Transnacional”, o autor busca demonstrar os limites da proporcionalidade para a solução de casos envolvendo *Whistleblowers*, haja vista

que atualmente faz parte do senso comum que a denúncia de irregularidades pode efetivamente trazer ilegalidades e queixas sociais à atenção pública, e que um grande número de esforços regulatórios transfronteiriços, dos Códigos de Conformidade de Governança Corporativa até a arena política, são, portanto, dedicados ao objetivo de proteger o *Whistleblowing* transnacional contra a repressão e permitir o protesto contra práticas ilegais.

Publicamos o presente número com a certeza de que as contribuições aqui encartadas mantêm e elevam o padrão de excelência que buscamos continuamente para a RCJ e a pesquisa acadêmica na área do Direito. Reverenciando mais uma vez aos autores e às autoras que nos brindaram com seus trabalhos, recordamos a todos(as) os(as) interessados(as) que as portas da RCJ se mantêm abertas para receber trabalhos que estejam empenhados em fortalecer o diálogo entre as diversas culturas jurídicas, bem como discutir criticamente os temas que tenham impacto na sociedade em geral.

Prof. Dr. Enzo Bello
Editor-Chefe da RCJ

Mestranda Bruna Jakobi
Editora-Assistente da RCJ

Mestranda Giuliana Casazza
Editora-Assistente da RCJ

Mestra Karina Freire
Editora-Assistente da RCJ

Mestranda Lilian Nascimento
Editora-Assistente da RCJ

Mestranda Maria Clara Conde M. Cosati
Editora-Assistente da RCJ

Mestre Renato Barcellos
Editor-Assistente da RCJ

Mestrando Rodolfo Bastos Combat
Editor-Assistente da RCJ

Mestranda Samara Rebeca de O. Costa
Editora-Assistente da RCJ

Mestranda Victoria L. de C. e Gonçalves
Editora-Assistente da RCJ

Mestranda Thaiana Conrado Nogueira
Editora-Assistente da RCJ